

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



**3º Quadrimestre de 2013
Salvador, 25 de Fevereiro de 2014**



Secretaria da Fazenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

**GOVERNADOR
JAQUES WAGNER**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**

**SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**

**CHEFE DE GABINETE
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS**

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
WALTER CAIRO DE OLIVEIRA FILHO**

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO
E CONTROLE FINANCEIRO
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA**

**DIRETOR DO TESOURO
WALDEMAR SANTOS FILHO**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Sumário

1. Introdução	04
2. Receita	04
3. Despesa	09
4. Resultado Orçamentário	11
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	11
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde	13
8. Resultado Primário.....	14
09. Resultado Nominal	15
10. Dívida Pública	15
11. Conclusão	16
12. Glossário.....	18

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício de 2013, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 30 de Janeiro, 08 e 15 de fevereiro de 2014 em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

2. Receita

Detalhamento	Previsão Atualizada 2013	Balanço Orçamentário da Receita				Em Mil Reais
		2013	Realização - Janeiro a Dezembro	2012	Variação Nominal (%) 2013/2012	
Receitas Correntes	29.774.221	29.631.955	99,52	27.279.458	8,62	
Receita Tributária	17.752.858	18.476.906	104,08	15.864.324	16,47	
Receita de Contribuições	2.083.531	2.107.309	101,14	1.809.252	16,47	
Receita Patrimonial	465.225	447.586	96,21	909.101	-50,77	
Receita Agropecuária	865	569	65,79	221	156,95	
Receita Industrial	105	9	8,40	91	-90,32	
Receita de Serviços	155.893	172.097	110,39	114.856	49,84	
Transferências Correntes	11.829.441	11.251.057	95,11	11.028.726	2,02	
Outras Receitas Correntes	1.081.447	941.491	87,06	830.701	13,34	
Conta Retificadora	-3.595.144	-3.765.068	104,73	-3.277.814	14,87	
Receitas de Capital	5.090.513	3.354.797	65,90	2.665.514	25,86	
Operações de Crédito	3.814.756	2.657.101	69,65	1.854.664	43,27	
Alienação de Bens	9.993	20.176	201,91	14.435	39,77	
Amortização de Empréstimos	120.633	170.999	141,75	99.205	72,37	
Transferências de Capital	1.145.132	506.521	44,23	696.848	-27,31	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	363	-100,00	
Receitas Intra-Orçamentárias	2.454.609	2.237.225	91,14	2.041.201	9,60	
Total das Receitas (I)	37.319.343	35.223.977	94,39	31.986.173	10,12	
Superávit Financ. Exerc. Anteriores(II)	3.762.610	3.762.610	-	-	-	
Receitas (III=I+II)	41.081.953	-	-	-	-	

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 ,LRF,art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

As Receitas estaduais realizadas no ano de 2013, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 35,22 bilhões, apresentando uma variação

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

nominal positiva de 10,12% em relação ao realizado em 2012. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 94,39%.

Das receitas realizadas em 2013, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com uma participação percentual de 52,46% e 31,94%, respectivamente, no total arrecadado no período.

Composição da Receita Realizada -2013



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foi realizado nesta categoria um montante de R\$ 29,63 bilhões, representando uma realização de 99,52% das receitas correntes anuais previstas atualizadas com uma variação nominal positiva de 8,62%, em relação a 2012, destacando-se nestas as receitas Tributárias e as Transferências Correntes.

As Receitas Patrimoniais apresentaram uma redução de 50,77% em virtude da realização dos recursos não vinculados do Tesouro, de origem Banco do Brasil em 2012, refletindo assim na comparação com 2013.

2.1.1 - Receitas Tributárias

A receita oriunda de tributos arrecadada em 2013 teve um crescimento nominal de 16,47%, em relação ao realizado no ano anterior, totalizando R\$ 18,48 bilhões. Do valor previsto atualizado para o ano de 2013, verificou-se uma realização de 104,08%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

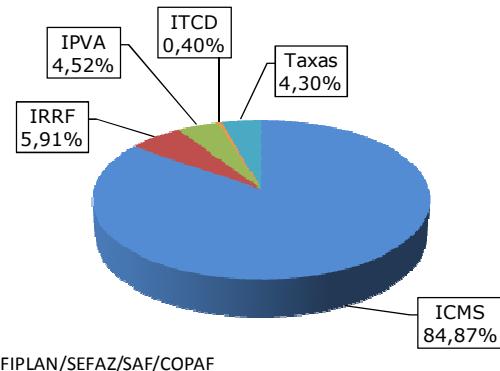
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Detalhamento	Previsão Atualizada 2013	Receita Tributária				Em Mil Reais	
		Realizado - Janeiro a Dezembro					
		2013	Previsão Atual (%) Realizado	2012	Variação Nominal (%) 2013/2012		
ICMS	15.114.480	15.682.058	103,76	13.495.293	16,20		
IRRF	1.036.926	1.091.731	105,29	945.418	15,48		
IPVA	851.863	834.818	98,00	719.195	16,08		
ITCD	39.849	74.472	186,89	39.401	89,01		
Taxas	709.741	793.827	111,85	665.017	19,37		
Total - Receitas Tributárias	17.752.858	18.476.906	104,08	15.864.324	16,47		

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 84,87% no total de Receita Tributárias realizadas em 2013, enquanto que as demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 15,13%.

Composição da Receita Tributária Realizada 2013



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços realizou em 2013, o total de R\$ 15,68 bilhões, contra R\$ 13,50 bilhões realizados em 2012, significando assim, um incremento nominal de 16,20%. Foram realizados 103,76% da previsão anual atualizada. Contribuíram para esse desempenho às ações de fiscalização, destacando-se o Programa de Recuperação Fiscal (Refis 2013), cuja expectativa de arrecadação foi ultrapassada, tendo alcançado R\$ 870,3 milhões.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 834,82 milhões, em 2013, com uma elevação de 16,08%, valores nominais, se comparado ao realizado em 2012, resultado impulsionado pelas operações realizadas para regularização de débitos do IPVA, com o desenvolvimento de blitz na capital e no interior. Foram realizados 98,00% do orçado atual.

TAXAS – As Taxas arrecadadas em 2013 somaram o valor de R\$ 793,83 milhões, com um acréscimo de 19,37%, valores nominais, comparando-se com 2012. Quanto ao valor orçado foram realizados 111,85% do total atualizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

ITCD - A realização somou R\$ 74,47 milhões, apresentando um expressivo aumento em valores nominais de 89,01% em relação a 2012. As medidas adotadas pelo Governo do Estado no intuito de aumentar a fiscalização desse tributo, inclusive com a realização da malha fiscal, ampliaram a cobrança do imposto, contribuindo para esse resultado. Do total orçado atualizado, foram realizados 186,89%.

IRRF - Em 2013, o valor contabilizado foi de R\$ 1,09 bilhão, com uma variação nominal positiva de 15,48%, em relação ao ano anterior. Foram realizados 105,29% do valor previsto atualizado para 2013.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 37,97% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas Transferências constitucionais e legais da União.

Detalhamento	Previsão Atualizada 2013	Transferências Correntes			Em Mil Reais	
		Realizado - Janeiro a Dezembro	Previsão Atual (%) Realizado	2012	Variação Nominal (%) 2013/2012	
FPE-Fundo de Participação dos Estados	6.505.437	6.260.708	96,24	5.821.473	7,55	
IPI Exportação	247.541	231.821	93,65	221.022	4,89	
SUS -Recursos do Sistema Único de Saúde	1.426.149	1.430.720	100,32	1.502.577	-4,78	
Salário Educação	96.057	96.057	100,00	97.222	-1,20	
Compensação Financeira - Royalties	292.311	330.173	112,95	314.728	4,91	
FNDE -Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação	174.893	100.212	57,30	124.018	-19,20	
LEI KANDIR-Transf. Financ. do ICMS - Desoneração	54.356	54.356	100,00	54.356	-	
CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	965	3.748	388,35	71.991	-94,79	
Auxílio Exportação-Auxílio Financeiro aos Estados Export.	86.764	-	0,00	55.273	-100,00	
Outras Transferências da União	7.959	9.729	122,23	49.389	-80,30	
Transferências do FUNDEB	2.768.186	2.541.022	91,79	2.534.542	0,26	
Transferências de Convênios	168.823	192.510	114,03	182.135	5,70	
Total das Transferências Correntes	11.829.441	11.251.057	95,11	11.028.726	2,02	

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

Em 2013, as Transferências Correntes alcançaram R\$ 11,25 bilhões, apresentando um incremento nominal de 2,02%. Com relação ao previsto atualizado, foram realizados 95,11%.

Das Transferências Correntes, merece destaque pela sua relevância, a realização das Transferências da União - FPE e SUS, as quais participaram no total com um percentual de 55,65% e 12,72%, respectivamente, e as Transferências do FUNDEB, com um percentual de 22,58% no total de Transferências realizadas.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

FPE - Em 2013, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 6,26 bilhões, com uma elevação de 7,55%, valores nominais, na comparação com 2012. Foram realizados 96,24% do valor previsto atualizado para 2013.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante da ordem de R\$ 2,54 bilhões em 2013 contra R\$ 2,53 bilhões em 2012, ou seja, uma variação nominal positiva de apenas 0,26%. Houve uma realização de 91,79% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 1,43 bilhão, em 2013, inferior em 4,78% ao realizado em 2012, valores nominais. Houve uma realização de 100,32% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados em 2013 somaram R\$ 231,82 milhões, com uma variação nominal positiva de 4,89% em relação a 2012. Do valor previsto atualizado foram realizados 93,65%.

Os recursos de Royalties apresentaram um crescimento nominal de 4,91%, totalizando R\$ 330,17 milhões enquanto que Salário Educação registrou um total de R\$ 96,06 milhões, com uma redução de 1,20%, em 2013, comparados a 2012.

As Transferências de Convênios apresentaram uma variação nominal positiva de 5,70%, tendo sido realizado 114,03% dos recursos previsto no orçamento atualizado para 2013, totalizando R\$ 192,51 milhões.

O FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação apresentou uma redução de 19,20% em relação a 2012, sendo realizados 57,30% do previsto atualizado tendo atingido um montante de R\$ 100,21 milhões em 2013.

Vale ressaltar que em 2013, verificaram-se algumas reduções significativas, a exemplo da redução de 94,79%, verificada nos recursos da CIDE, cuja realização em 2013 foi de R\$ 3,75 milhões contra R\$ 71,99 milhões realizados em 2012, em função das medidas adotadas pelo Governo Federal de estabelecer alíquota zero, no decorrer de 2012. Os recursos provenientes de Auxílio Exportação apresentaram uma redução de 100%, com relação a 2012.

Em relação às Outras Transferências da União, observa-se uma redução de 80,30% em relação ao ano anterior, em função dos recursos realizados em 2012, relativos às Transferências de Recursos da União para Ações de Defesa Civil (CORDEC), no valor de

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

R\$ 30,00 milhões, assim como a Transferência relativa ao Programa Jovem Trabalhador no total de R\$ 6,70 milhões, fato que não se repetiu em 2013.

2.2 - Receitas de Capital

Em 2013, as Receitas de Capital atingiram o montante de R\$ 3,35 bilhões contra R\$ 2,67 bilhões realizados no mesmo período anterior, representando uma elevação de 25,86%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 65,90% nessa rubrica.

Detalhamento	Previsão Atualizada 2013	Realizado - Janeiro a Dezembro				Variação Nominal (%) 2013/2012
		2013	Previsão Atual (%) Realizado	2012		
Operações de Crédito	3.814.756	2.657.101	69,65	1.854.664	43,27	
Operações de Crédito Internas	2.467.035	1.341.035	54,36	245.613	445,99	
Operações de Crédito Externas	1.347.721	1.316.066	97,65	1.609.050	-18,21	
Alienação de Bens	9.993	20.176	201,91	14.435	39,77	
Amortização de Empréstimos	120.633	170.999	141,75	99.205	72,37	
Transferências de Capital	1.145.132	506.521	44,23	696.848	-27,31	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	363	-	
Total das Receita de Capital	5.090.513	3.354.797	65,90	2.665.514	25,86	

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

As Operações de Crédito totalizaram R\$ 2,66 bilhões, representando um aumento em termos nominais de 43,27% em relação a 2012, sendo reflexo do ingresso dos recursos do BNDES/PROINVESTE e BID/PROCONFIS.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 171 milhões. Em relação a 2012, este item apresentou um acréscimo nominal de 72,37%, realizando 141,75% do valor orçado atualizado. As Transferências de Capital apresentaram uma redução nominal de 27,31%, totalizando R\$ 506,52 milhões, ou seja, sendo realizados apenas 44,23% do montante previsto atualizado. Deste valor, 89,58% refere-se a Transferências de Convênios (R\$ 453,73 mil).

3. DESPESAS

As despesas executadas em 2013 totalizaram R\$ 34,24 bilhões, correspondentes a 83,34% do valor previsto atualizado. Em valores nominais, observa-se um aumento de 12,70 %, comparada a 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Detalhamento	Previsão Atualizada 2013	Balanço Orçamentário da Despesa			Em Mil Reais
		2013	Previsão Atual (%) Realizado	2012	Variação Nominal (%) 2013/2012
Despesas Correntes	29.615.725	27.551.074	93,03	25.017.851	10,13
Pessoal e Encargos Sociais	14.678.482	14.294.846	97,39	12.842.560	11,31
Juros e Encargos da Dívida	541.818	497.804	91,88	515.961	-3,52
Outras Despesas Correntes	14.395.425	12.758.424	88,63	11.659.329	9,43
Despesas de Capital	9.079.929	4.368.658	48,11	3.304.896	32,19
Investimentos	6.141.663	2.037.263	33,17	1.836.280	10,95
Inversões Financeiras	857.426	649.861	75,79	436.521	48,87
Amortização da Dívida	2.080.841	1.681.534	80,81	1.032.095	62,92
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
Despesas Intra-Orçamentárias	2.386.299	2.318.076	97,14	2.057.430	12,67
Total das Despesas	41.081.953	34.237.808	83,34	30.380.177	12,70

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detém 41,75% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 37,26%.

3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No exercício de 2013, as despesas correntes totalizaram R\$ 27,55 bilhões, representando uma realização de 93,03% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 10,13% na comparação com 2012.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 14,29 bilhões, correspondendo a 97,39% da previsão anual atualizada e um aumento de 11,31%, valores nominais, em relação a 2012. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 497,80 milhões, correspondendo a 91,88% da previsão anual atualizada com redução de 3,52% em relação a 2012.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e as Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 12,76 bilhões, correspondentes a 88,63% do fixado atualizado para o ano e um acréscimo de 9,43%, valores nominais, em relação ao exercício de 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial. No exercício de 2013, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 4,37 bilhões e cresceram 32,19% em comparação com o exercício anterior. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 2,04 bilhões, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 1,68 bilhão e Inversões Financeiras com um total de R\$ 649,86 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em 2013, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, absorvendo o déficit das despesas de capital, e, por conseguinte, alcançando um Superávit Orçamentário de R\$ 986,17 milhões.

Especificação	Comparativo das Receitas e Despesas			Em Mil Reais	
	Realização - 3º Quadrimestre		Variação Nominal (%) 2013/2012		
	2013	2012			
Receitas	35.223.977	31.986.173	10,12		
Correntes	29.631.955	27.279.458	8,62		
Capital	3.354.797	2.665.514	25,86		
Intra-Orçamentárias	2.237.225	2.041.201	9,60		
Despesas	34.237.808	30.380.177	12,70		
Correntes	27.551.074	25.017.851	10,13		
Capital	4.368.658	3.304.896	32,19		
Intra-Orçamentárias	2.318.076	2.057.430	12,67		
Superávit	986.169	1.605.996	-38,59		

Fonte:FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO-Anexo1,LRF,art. 52,inc.I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial, permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Em 2013, o Poder Executivo incluindo Defensoria Pública alcançou o percentual de 45,34 nas despesas de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual atingido foi de 44,93. Com referência ao limite de pessoal consolidado, o Estado da Bahia atingiu 54,99% da citada Receita.

Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF 3º Quadrimestre 2013

Detalhamento	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Poder Executivo ¹	45,34	43,74	46,17	48,60
Poder Legislativo	2,57	3,06	3,23	3,40
Assembléia Legislativa	1,37	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	0,66	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	0,54	0,57	0,60	0,63
Poder Judiciário	5,63	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,45	1,80	1,90	2,00
Total do Estado	54,99	54,00	57,00	60,00

RCL últimos 12 meses = R\$ 23.080.634 mil

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo1,LRF, art. 55, inciso I, alinea "a").

Nota ¹ : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 44,93% da Receita Corrente Líquida.

Observa-se que todos os percentuais realizados pelos Poderes situaram-se abaixo dos limites prudenciais e máximos, estabelecidos pela LRF.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Devendo, portanto, ser comprovado o cumprimento deste limite no final do exercício.

Em 2013, o Estado da Bahia aplicou 28,09 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, superando assim o limite constitucional anual de 25%, cumprindo, portanto, o estabelecido na Constituição Federal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		Em Mil Reais	
Descrição	Realizado -3º Quadrimestre		
	2013	2012	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	19.774.147	17.313.431	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	5.555.184	4.488.166	
Percentual Aplicado em Educação	28,09%	25,92%	

Limite Constitucional Anual¹: 25%

Fonte:FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota 1: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB observa-se que é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, a creche e alunos de ensino médio.

Demonstrativo - FUNDEB				Em Mil Reais
Exercício	Aporte	Retorno	Resultado Apurado	
2009	-2.317.838	1.678.147	-639.691	
2010	-2.669.753	1.922.450	-747.303	
2011	-3.046.723	2.201.822	-844.901	
2012	-3.273.514	2.534.542	-738.972	
2013	-3.755.493	2.541.022	-1.214.471	

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

Em 2013, o valor destinado ao FUNDEB, foi de R\$ 3,76 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 2,54 bilhões.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde		Em Mil Reais
Descrição	Realizado - 3º Quadrimestre	
	2013	2012
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	19.774.146	17.313.431
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	2.429.191	2.221.814
Percentual Aplicado em Saúde	12,28%	12,83%

Limite Constitucional Anual¹: 12%

Fonte:FIPLAN/SICOF/ SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88.

Em 2013, as despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 2,42 bilhões, correspondendo a 12,28 % em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

8. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em Mil Reais
Detalhamento	Realizado - Janeiro a Dezembro	
	2013	2012
Receitas Primárias Correntes (I)	31.542.296	29.003.253
Receitas Primárias de Capital (II)	506.521	697.211
Receita Primária Total (III) = (I+II)	32.048.818	29.700.464
Despesas Primárias Correntes (IV)	29.371.346	26.559.320
Despesas Primárias de Capital (V)	2.376.596	1.862.199
Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)	31.747.943	28.421.519
Resultado Primário (III - VI)	300.875	1.278.945

Meta do Resultado Primário : R\$ (1.688.308) mil

Fonte : FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6,LRF,art.53,inciso III).

Em 2013, o Resultado Primário foi de R\$ 300,88 milhões, para uma meta anual estabelecida na LOA, no valor de R\$ (1.688.308) mil.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

9. RESULTADO NOMINAL

Especificação	Demonstrativo do Resultado Nominal		Em Mil Reais
	31/12/2013 (a)	31/12/2012 (b)	Saldo
Dívida Consolidada (I)	15.033.683	13.474.098	
Deduções (II)	4.156.515	2.856.748	
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.191.967	3.389.311	
Demais Haveres Financeiros	1.049.618	514.696	
(-) Restos a Pagar Processados	-1.085.070	-1.047.259	
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	10.877.168	10.617.350	
Resultado Nominal do 3º Quadrimestre de 2013 (a-b)			259.818

Meta do Resultado Nominal - LDO para o ano de 2013: R\$ 2.434.697 mil

Fonte :FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 5, LRF, art.53,Inciso III).

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Para o exercício, a meta do Resultado Nominal indica que a Dívida Consolidada Líquida poderia aumentar até o montante R\$ 2,43 bilhões, entretanto o crescimento da dívida líquida foi de apenas R\$ 259,82 milhões.

10. DÍVIDA PÚBLICA

Discriminação	Dívida Consolidada		Em Mil Reais
	2013	2012	Variação (%)
Interna	7.706.437	7.676.282	0,39
Externa	5.311.029	3.672.293	44,62
Outras ¹	2.016.218	2.125.523	-5,14
Total	15.033.683	13.474.098	11,57

Fonte :FIPLAN/SICOF/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

Ao final do ano de 2013, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 15,03 bilhões, sendo R\$ 7,70 bilhões originários da dívida interna, R\$ 5,31 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 2,02 bilhões. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2012, verifica-se que houve um aumento nominal de 11,57%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida		Em Mil Reais	
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
Exercício de 2009	9.234.947	14.671.427	0,63
Exercício de 2010	9.057.007	17.372.551	0,52
Exercício de 2011	8.917.888	19.226.970	0,46
Exercício de 2012	10.617.350	21.624.181	0,49
Exercício de 2013	10.877.168	23.080.634	0,47

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Fonte :FIPLAN/SICOF/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida corresponderam a 0,47 em 2013, relação bem inferior ao limite fixado de duas vezes a Receita Corrente Líquida estabelecida na LRF.

12. CONCLUSÃO

Em 2013, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 300,88 milhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 35,22 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 34,24 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 986,17 milhões.

Limites Legais em relação a RCL				
Descrição	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	54,99	54,00	57,00	60,00
Garantias de Valores	0,40	19,80	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	11,51	14,40	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip. de Receita	-	-	-	7,00
Descrição	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida	0,47	1,80	-	2,00

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 vezes a Receita Corrente Líquida

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O Resultado Nominal demonstrou um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 259,82 milhões. Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores, e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF.

Os recursos aplicados em educação e saúde apresentam percentuais que demonstram o cumprimento das metas em 2013.

Limites Constitucionais		
Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	28,09%	25,00%
Saúde	12,28%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 25 de fevereiro de 2014.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2013 realizou-se no dia 19 de março de 2014, decorrente de acordo no Legislativo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de segurança social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superavit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF